

Sumário

Prefácio	XV
Introdução	1
1 O Instituto do veto	5
1.1 Origens históricas: Tribunato da Plebe	5
1.2. O veto como instituto jurídico	8
1.2.1 Conceito	8
1.2.2. Classificação dos vetos	13
1.2.2.1 Quanto à forma	13
1.2.2.2 Quanto à extensão	15
1.2.2.3 Quanto à definitividade	19
1.2.2.4 Quanto à fundamentação	23
1.2.3. Efeitos do veto	25
1.2.4 Irretratibilidade do veto	26
2 O Veto no direito comparado	29
2.1. O veto nos Estados Unidos	29
2.2 O veto em Portugal	35
2.3 O veto na América Latina	40
2.3.1 O veto na Argentina	42
2.3.2 O veto no Chile	45
3 O Veto nas constituições brasileiras	49
3.1 Constituição de 1824	49
3.2 Constituição de 1891	53
3.3 Constituição de 1934	57
3.4 Constituição de 1937	60
3.5 Constituição de 1946	62
3.6 Constituição de 1967	65
3.7 Constituição de 1969	67

4 O Veto no sistema brasileiro contemporâneo	71
4.1 O veto no processo legislativo	71
4.1.1 Assembleia Nacional Constituinte de 1987	71
4.1.2 Constituição Federal de 1988	88
4.1.2.1 Competência do Presidente da República	89
4.2.2.2 Trâmite na Presidência da República	91
4.1.2.3 Veto total e veto parcial.....	93
4.1.2.4 A análise do veto pelo Poder Legislativo.....	96
4.2 A quantidade de vetos emitidos pelo Presidente da República nos 30 anos da publicação da Constituição Federal de 1988 e a relação do instituto com o Princípio da Separação dos Poderes	103
4.3 O veto como atuação legislativa do Executivo	115
4.3.1 Debate acerca da Natureza jurídica do veto (legislativa ou executiva)	115
4.3.2 A fundamentação no interesse público e a função legislativa do Executivo por meio do veto	120
4.3.3. Análise de mensagens de vetos totais nos 30 anos de Constituição Federal (1988-2018).....	123
4.3.4 O número ínfimo de vetos derrubados e a preponderância da vontade do Executivo.....	141
Conclusão	145
Referências bibliográficas	151
Anexo – Disposições acerca do veto nas constituições dos países latino-americanos	159